



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681409 - DF (2021/0226835-6)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : PAULO VILAR BARRETO
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS
PACIENTE : PAULO VILAR BARRETO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de PAULO VILAR BARRETO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS.

O paciente informa que teria sido condenado por mais de um delito de estelionato, devendo ser reconhecido o crime continuado, previsto no art. 71 do Código Penal.

Sustenta que os delitos teriam sido praticados nas mesmas condições de tempo e local, e com o mesmo *modus operandi*, o que ensejaria a aplicação do art. 71 do Código Penal.

Requer, liminarmente e no mérito, o reconhecimento da continuidade delitiva entre os estelionatos pelos quais foi condenado.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O deferimento de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, cabível apenas em hipóteses de patente ilegalidade. Assim, há necessidade de prova pré-constituída acerca do alegado constrangimento ilegal.

No caso, o impetrante não juntou a cópia do acórdão impugnado. A deficiência na instrução do *writ* impede a análise da plausibilidade do pedido de liminar formulado.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência